

O Problema Português

III—Uma Revolução Política

(Continuado do n.º 10)

Uma revolução nos espíritos que marque um ideal de vida portuguesa; uma revolução na economia que leve ao equilíbrio proveitoso o labor da gente; e, por consequência, uma revolução na finança, no movimento da população e na educação. — Pela evolução em que vimos, iremos depressa à subalternização, à anarquia, à falência.

— Na governação actual (resultante da educação e da economia do constitucionalismo) qual é o rumo da vida portuguesa?

Manter a emigração clássica para o Brasil, e aproveitar a nova emigração para a Europa continental, vitoriosa da Guerra; colher as economias amealhadas pelos emigrantes; expatriar e consolidar no estrangeiro os lucros do mercantilismo indígena; acomodar no Orçamento todos os mal adaptados ao trabalho útil: do que provém a redução e o aviltamento do nosso índice demogénico, e a respectiva falta de pressão económica que obrigaria, pelo menos, à cultura mais produtiva do solo português; a falta de povoação suficiente da nossa terra colonial, cada vez mais aberta às iniciativas do estrangeiro; o abandono à natureza dos nossos recursos do território ibérico, e por isso a subordinação comercial às nações hegemónicas, com a respectiva miséria de produção, em geral, reflectida em cada vez maior desequilíbrio financeiro.

Em suma: um país aberto à invasão, porque se expatriam os melhores da sua população, e porque são mantidos desaproveitados os seus melhores re-

ursos, apesar de dia a dia haver maior necessidade da sua utilização.

Assim se resumem os dois grandes defeitos da nossa vida actual: não somos capazes de empregar no nosso território a nossa população; não somos capazes de produzir, num domínio cheio de possibilidades, o que nos é mais necessário para a vida, a começar pelo pão.

Gente de Portugal: olha para a tua terra, cuida de possuí-la, e acaba com a saudade do emigrante! Começa, a valer, a tarefa de usufruir em vida feliz os dons naturais do teu domínio tão dilatado e tão cheio de encantos!

Sim: excelsos navegadores, descobrimos meio mundo, e demos durante séculos os mais afoitos elementos da nossa população para a formação e o robustecimento do Brasil. — Voltemo-nos atrás, à consolidação económica da nossa grêi fundamental, à formação de outro Portugal Maior pelas terras viciosas de África e de Ásia que em tempos andámos devastando.

Mas, na política que trazemos, nem o homem nem o dinheiro se pôde fixar em Portugal, senão para lobo do homem. E' este o desfecho fatal do mercantilismo em que nos embarcámos com a Guerra, e da insensatez do govêrno.

A Guerra provocou um desequilíbrio crescente dia a dia, e que a governação não trava. Muita gente afeita à vida modesta, laboriosa e económica, foi chamada às fileiras, em evidente má utilização

dos militares de profissão; e outra desviara a sua actividade para o trabalho da guerra, passando todos a viver à conta do Estado, o que foi avolumando a onda de preguiça e o rol das necessidades, obliterando os hábitos de poupança, e excitando o luxo. Diminuída a produção, peorada a finança do Estado, apertado o bloqueio da guerra e do câmbio, o mercantilismo açodou-se no jôgo: e, finda a guerra, quando todos os estados começaram a abrandar a onda de preguiça, reduzindo as suas despesas militares e burocráticas, para as populações respectivas reorganizarem o equilíbrio nos misteres, Portugal continúa mavórtico e manga-de-alpaca, a pôr ainda na rua a procissão interminável dos inúteis e inutilizados em misteres anacrónicos.

Sonha, então, o governo com empréstimos externos e melhoria do câmbio! Com redução de despesas *sem colocar ninguém na miséria*, e aumento de receita para o equilíbrio orçamental!... Como se tal equilíbrio orçamental, *condição imprescindível da salvação pública*, não fôsse um ponto no infinito do tempo com a política tradicional que o governo mantém e agrava.

O maior problema português é o da **suficiente produtividade útil e humanitária**.

Enquanto não houver a suficiência económica, continuará a haver o agravamento do custo da vida e a desordem política. Nem virtude, nem educação, nem felicidade são possíveis em economia deficitária.

«A prosperidade dos trabalhadores depende obviamente, não do quantitativo nominal do seu salário, mas do valor de compra dêste, porque a gente não pode comer dinheiro. A prosperidade do povo não se afere pelos salários elevados, mas pelo grande consumo individual de utilidades. O dinheiro é apenas um símbolo, uma senha, que em si mesmo não tem valor nenhum.

«O consumo elevado de coisas pelo povo dum país é, por consequência, impossível sem que haja uma elevada produção nacional correspondente. Pequena produção nacional significa pobreza nos trabalhadores, qualquer que seja a grandeza nominal do salário» (J. Ellis Barker, *Economic Staites manship*, p. 8).

Aquele ideal «*da produção mínima pelo salário máximo*» que vem doentia e religiosamente propagado,

8 horas de trabalho — *cêra*;
8 horas de taberna — *vinho*;
8 horas de descanso — *cama*;
8 escudos por dia — *pândega*!

gerou a Miséria, com todo o seu cortêjo de male-

fícios e de desgraças; como a imprudência e a ignorância dos estadistas nos encurralaram no bêco sem outra saída a não ser a da falência, ou o retrocesso por um esforço épico para o trabalho rendoso e útil e a virtude.

Num país, como o nosso, em que a produção é deficitária, em resultante final, para a vida da gente, cada elevação de salário dá como consequência o aumento do preço das coisas numa proporção maior do que a elevação dos salários. Começa então a acontecer que a produção se torna cada vez mais deficiente, e a vida sucessivamente mais cara e mais difícil na resultante final, e a desordem governativa cada vez maior: a abastança geral então diminui à medida que aumenta o salário. É um axioma económico: reduzir o número de horas de trabalho num país empobrecido em que a produção se tornou inferior às necessidades, sem ter previamente remodelado a instrumentação, os métodos e os processos do labor colectivo para, ao menos, a suficiência económica, é aumentar a pobreza e o mal estar social dêsse país.

Ora, fizemos e ainda fazemos vida dum círculo vicioso de expedientes: à conta de todos, sacando sôbre a actual e as próximas gerações, fomos pagando cada vez mais às clientelas parasitárias, acrescidas dia a dia, cuidando que assim se alastrava a Felicidade, quando por essa forma nos despenhávamos na falência. O Estado e as corporações administrativas compraram e venderam subsistências, e desempenhavam transportes terrestres e marítimos, serviços de luz e força, etc., fechando os negócios com prejuizos colossais, aterradores em si e pelas consequências; inventaram obras públicas e bairros sociais, para afinal aumentar os inúteis e os prejudiciais, sem contra-partida de benfeitorias para a gente; toleraram batotas por toda a parte, deixando medrar uma chusma perigosa de parasitas, e sumir na voragem do luxo e do vício a fortuna que podia ter feito a nossa remodelação económica; e o epílogo de tudo isso foi a miséria económica e moral que assoalhamos, um desenfreado jôgo de papelada comercial nas máquinas de sucção, chamadas bancos, e um trabalho estupendo na Estamparia emissora para o pandemónio do suicídio do povo envilecido.

Em suma: toda esta miséria e barafunda portuguesa, porque não fizemos uma verdadeira e ajuizada adaptação e implantação da tecnologia moderna em Portugal; nem sequer, em último recurso, emparelhámos o mesquinho apetrechamento económico de que dispúnhamos, com a cultivação regular das forças morais — para o que teria sido necessário critério governativo a travar a tendência do comunismo do Estado.

Não tenhamos ilusões: o mal profundo da vida portuguesa não se cura com paleativos — leis que só dão encargos; empréstimos internos e externos que só avolumam *deficits*; impostos que só anemiam a riqueza; protecção pautal que só esteriliza o solo, enfraquece a indústria e afugenta a população; emissões da Estamparia que nos afundam as finanças; uma Fôrça Armada que devora toda a receita pública e muito mais, para nem fazer conquistas, nem assegurar a ordem verdadeira, por ser em demasia; uma burocracia estorvadora do trabalho português e desorganizadora da administração, por excessiva e ronceira... E' necessário fazer já, já, uma revolução profunda no modo de vida nacional, obrigando muitíssima gente a mudar de mister, e encaminhando todos para um rendimento muito maior do trabalho util à comunidade...

Em conclusão: — Urge diminuir bruscamente até ao mínimo possível, definido pelo equilibrio orçamental do Estado e das corporações administrativas em praso muito breve, com sacrificio temporário de muita gente, a parasitagem da Grei; nacionalizar e intensificar o trabalho de aproveitamento dos nossos recursos naturais; fixar população especialmente a valorizar a terra larga dos nossos pousios da Ibéria, e nas colónias; desviar para a produção útil e rendosa os que tenderiam ao parasitismo; infundir, por uma educação no trabalho, prestável, continuada e humanitária, previdência, persistência, economia e solidariedade à nossa raça açodada e sôfrega de alcançar num momento a riqueza e o bem-estar pelo jôgo de azar.

— Há por aí uma dúzia de homens para isto?

EZEQUIEL DE CAMPOS